

Estabilidade é précondição

SÃO PAULO — O clima de instabilidade política e econômica, a falta de credibilidade que o Brasil inspira por não cumprir acordos com organismos internacionais para a redução do déficit público e do índice de inflação e a constante intervenção do Estado na economia foram alguns fatores que pesaram bastante na decisão dos japoneses para mudarem o eixo de preferência para os seus investimentos. A avaliação é do presidente da Japan External Trade Organization (JETRO), organização oficial de comércio exterior do Japão, Mamoru Fukuoka, que não vê muitas perspectivas de que esse cenário seja alterado nos próximos anos. O Brasil, que na década de 70 recebeu formidável injeção de recursos dos países industrializados e ocupava o terceiro lugar no *ranking* de preferências para os investidores japoneses, vem sofrendo duros impactos nesse campo. No ano passado, ocupou o 12º lugar (oitavo, em 1985) como opção para os investimentos japoneses.

A supervalorização do iene, as discussões sobre o texto da Constituição em questões básicas como o tratamento ao capital estrangeiro, e a indefinição brasileira na questão da moratória e da dívida externa são os ingredientes que tornam, segundo Fukuoka, o Brasil um país nada atraente para os investimentos do Japão, que no ano passado gerou um fantástico superávit de 92 bilhões 700 milhões de dólares na sua balança comercial, ou quase 90% da dívida externa brasileira. No acumulado de 1951 a 1986, os investimentos japoneses no exterior totalizam a incrível soma de 105 bilhões de dólares, dos quais o Brasil participa com pouco menos de 5 bilhões de dólares (4,6%), traduzidos em 1 mil 326 casos, o que lhe garante o quarto lugar no *ranking* geral.

Mas isso não quer dizer muita coisa, segundo Fukuoka: enquanto os novos investimentos japoneses no Brasil escasseiam, o volume de recursos acaba tomando direções tradicionais (como os Estados Unidos) ou aumentando a participação de outros países em desenvolvimento, como os famosos "tigres asiáticos": Coreia do Sul, Cingapura, Formosa e Hong Kong. Juntos, receberam 718 milhões de dólares do Japão em 1985 (358 casos), um número substancialmente aumentado em 1986 (537 investimentos, no valor de 1 bilhão 531 milhões de dólares). Hong Kong já tem 3 bilhões 200 milhões de dólares de investimentos japoneses (3,2%), mas ainda longe dos 8 bilhões 673 milhões aplicados na Indonésia. Os japoneses estão ainda optando por aplicar em países de governos socialistas, e a China em 1985 recebeu 100 milhões de dólares em investimentos (118 casos) e em 1986, 226 milhões de dólares (85 casos).

Fukuoka não tem dados oficiais, mas suas estimativas são de que, em outras condições, o Brasil poderia estar, hoje, com um volume de investimentos dos japoneses por volta dos 9 bilhões de dólares. Ele faz uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos: neste país, a dívida externa, que já está em torno de

170 bilhões de dólares e, segundo suas previsões, poderá se elevar a 1 trilhão 100 bilhões de dólares em cinco anos; ou dez vezes maior do que a atual dívida brasileira. "A pergunta que se faz é: não seria mais interessante o Japão destinar mais recursos para o Brasil?", indaga Fukuoka, antes de responder por que isso não vem acontecendo. Além dos obstáculos provocados pela instabilidade político-econômica, o executivo da JETRO lembra que o caminho ainda é investir nos Estados Unidos, porque, mesmo com a supervalorização do iene, na hora de se comparar os lucros realizados, a balança pende para os americanos, pela força do dólar em relação ao cruzado. Assim, nada mais lógico, segundo ele, que os investimentos japoneses estejam crescendo nos Estados Unidos: de 5 bilhões 395 milhões de dólares em 1985 (44,2% do total), eles saltaram para 1 mil 232 investimentos em 1986 (contra 921 em 1985), totalizando 10 bilhões 165 milhões de dólares.

Sem confiança — Fukuoka faz um histórico do processo de nascimento econômico dos dois países. Em 1951, o Japão exportava apenas 1 bilhão 400 milhões de dólares e importava 2 bilhões de dólares, enquanto o Brasil tinha superávit (1 bilhão 800 milhões de dólares de exportações contra 1 bilhão 700 milhões de dólares em importações). E, segundo ele, o Japão também se endividou para criar uma infra-estrutura (siderurgia, indústria automobilística, sistema portuário etc) e pôde ter um crescimento adequado, tanto que somente a partir de 1965 começou a ter desempenhos positivos, intercalados com alguns anos deficitários, até explodir nos seus 200 bilhões de dólares de superávit acumulados no período de 1982-1986.

Há poucos meses, os japoneses anunciaram um projeto de investir, em três anos, 29 bilhões 500 milhões de dólares em países da América Latina, mas aguardam de que forma isso pode ser efetivamente implantado. "O repasse, necessariamente, terá que ser feito através de bancos oficiais, como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Asiático, a partir dos projetos de desenvolvimento que os países interessados apresentarem", explica Fukuoka, que, no entanto, mostra-se cauteloso quanto ao Brasil.

Segundo ele, os japoneses estão muito céticos quanto à expectativa de que o Brasil venha a cumprir efetivamente o combinado. "Isso já ocorreu com os acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional", lembra. Ele retrata o clima de incerteza que cerca os investidores japoneses quando se fala no Brasil, ao formular uma hipótese. "Digamos que o novo texto da Constituição desse boas-vindas ao capital estrangeiro, o governo conseguisse reduzir seu déficit público, controlasse a inflação a níveis aceitáveis e os impostos fossem reduzidos. Seria um cenário ideal para novos investimentos. Mas assim mesmo iam perguntar: quanto tempo esse clima vai durar?"